

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. No ano de 2020 a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 582 milhões e prêmios ganhos de R\$ 560 milhões, crescimento de 2% comparado aos prêmios ganhos de 2019. O lucro líquido foi de R\$ 41 milhões, 4% menor que o exercício anterior, com ativos totais alcançando R\$ 939 milhões. Considerando o atual cenário, a lucratividade do exercício encontra-se em linha com as projeções revistas após o início da pandemia, o que demonstra que a rápida tomada de decisão pela Administração na adoção de medidas de

enfrentamento foi essencial para a consistência dos resultados alcançados. As medidas tomadas seguiram duas prioridades: segurança e saúde dos colaboradores, com destaque para adoção do trabalho remoto para 100% da equipe; e continuidade dos negócios em todos os aspectos: atendimento a clientes, disponibilidade sistêmica e, principalmente, cumprimento das obrigações com clientes, parceiros, fornecedores e reguladores. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Para 2021, devido

a solidez financeira e a expectativa de melhoria no volume de vendas, a rentabilidade tende a estar em linha com o que foi projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A..

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2020	2019
Circulante		446.935	431.469
Caixa e Equivalentes de Caixa		927	1.079
Caixa e Bancos		927	1.079
Aplicações Financeiras	5	151.535	108.438
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		90.908	106.633
Prêmios a receber	6	68.240	76.480
Operações com seguradoras		22.116	29.664
Operações com resseguradora		312	54
Outros créditos operacionais		340	435
Ativos de Resseguro e Retossão		643	745
Titulos e Créditos a Receber		21.015	17.778
Titulos e créditos a receber		3.216	4.050
Créditos tributários e previdenciários	7	12.830	9.265
Outros créditos		4.969	4.463
Despesas Antecipadas		57	-
Administrativas		57	-
Custos de Aquisição Diferidos		181.850	196.796
Seguros		181.850	196.796
Ativos não Circulantes		492.227	459.545
Realizável a Longo Prazo		371.297	323.501
Aplicações Financeiras	5	289.178	256.864
Titulos e Créditos a Receber		412	7.577
Créditos tributários e previdenciários	7	412	7.577
Custos de Aquisição Diferidos		81.707	59.060
Seguros		81.707	59.060
Imobilizado		497	713
Bens móveis		497	713
Intangível		10.433	135.331
Outros intangíveis	10	120.433	135.331
Total do Ativo		939.162	891.014

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2020	2019
Circulante		449.740	484.791
Contas a Pagar		39.772	40.090
Obrigações a pagar	11	26.508	24.003
Impostos e encargos sociais a recolher		8.155	10.154
Encargos trabalhistas		2.205	2.028
Impostos e contribuições		2.904	3.905
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12	63.758	74.592
Prêmios a restituir		1.435	1.635
Operações com seguradoras		22.039	29.889
Operações com resseguradoras		491	608
Corretores de seguros e resseguros		7.725	8.774
Outros débitos operacionais		32.068	33.686
Depósitos de Terceiros	13	2.564	3.810
Depósitos de terceiros		2.564	3.810
Provisões Técnicas - Seguros Danos	14	343.646	366.299
Provisão de prêmios não ganhos		325.247	345.556
Provisão de sinistros a liquidar		9.837	12.364
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		3.114	2.922
Provisão de despesas relacionadas		5.448	5.413
Passivo não Circulante		147.875	106.514
Exigível a Longo Prazo		147.875	106.514
Contas a Pagar		4.922	4.540
Tributos diferidos		4.922	4.540
Provisões Técnicas - Seguros Danos	14	139.324	97.692
Provisão de prêmios não ganhos		139.324	97.692
Outros Débitos		3.629	4.282
Provisões judiciais	20	3.629	4.282
Patrimônio Líquido	15	341.547	299.709
Capital social - estrangeiro		233.406	194.306
Aumento de capital		8.500	5.000
Reserva de lucros		100.835	55.558
Ajuste com títulos e valores mobiliários		7.306	6.745
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		939.162	891.014

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Estrangeiro	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Lucros Acumulados
Em 31 de dezembro de 2018	194.906	-	4.327	17.109	-	220.558
Aumento de capital - AGE de 08/11/19	-	38.500	-	-	-	38.500
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2.529	2.529
Lucro líquido do exercício	-	-	2.131	-	42.610	42.610
Reserva legal	-	-	-	-	(2.131)	-
Retenção de lucros - AGE de 31/10/19	-	-	-	-	5.632	5.632
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	-	30.359	(30.359)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,04 por ação)	-	-	-	-	(10.120)	(10.120)
Em 31 de dezembro de 2019	194.906	38.500	6.458	53.100	6.745	299.709
Aumento de capital - AGE de 08/11/19	38.500	(38.500)	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	561	561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.862	40.862
Retenção de lucros - AGO de 30/04/20	-	-	-	-	10.120	10.120
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	-	(29.114)	(29.114)
Em 31 de dezembro de 2020	233.406	8.501	92.334	7.306	341.547	341.547

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 2.500 de 16 de agosto de 2006. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar na Cidade de São Paulo/SP. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidas pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais passageiros, auto-ônibus, seguro empresarial, compreensivo residencial, extensão de garantias, extensão de garantias (auto), fiança locatícia, microsseguros danos, riscos diversos e roubo. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2021.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, considerando o custo histórico, como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no patrimônio líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, definem critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.1.1.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são contabilizados no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante, observando as datas de vencimento dos ativos. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" líquidos no exercício em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como "disponíveis para venda", são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros do grupo e os financeiros de Depósitos Bancários (CDB's) estão classificados como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros que são reconhecidos no resultado considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. A despesa antecipada é contabilizada e amortizada ao resultado levando em consideração benefícios econômicos esperados. **2.7 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: "Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto; e • Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de *impairment* anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.9 Custos de Aquisição Diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A CAD é considerada no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro". CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. **2.10 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos significativos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar indenizações adicionais

significativos aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos assumidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos. **2.11 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **2.11.1 Passivos de contratos de seguro:** **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado/bilhete ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída quando as apólices/certificados/bilhetes de Seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios percentuais definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off* relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de coseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquido das operações de coseguro cedido, obedecendo os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNR (Sinistros Ocorridos e Não Avisados) para o longo do tempo de apuração dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; e (iii) a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos, quando houver, deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. **d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O valor da provisão é estimado pelo método da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação dos passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.11.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O CPC 11 e a Circular SUSEP nº 517/2015 requerem que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguro a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Em 31 de dezembro de 2020, realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15%. **2.12 Benefícios a empregados:** A Seguradora possui benefícios de curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGLB), totalizando no exercício R\$ 784 (R\$ 817 em 31 de dezembro de 2019). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.13 Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Seguradora, independentemente da existência ou não de um sinistro aberto. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelo departamento jurídico, através do procedimento para constituição de provisão das ações judiciais. É tomado como base o valor do objeto segurado, somado ao valor médio das condenações por danos morais, quando houver, e aplicado percentual de acordo com probabilidade de risco definido. As obrigações legais decorrem de contestação de legalidade ou constitucionalidade das obrigações tributárias, que resultam em processos judiciais. Os passivos trabalhistas são todos aqueles reclamados, em geral, por ex-empregados da Seguradora. **2.14 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.15 Capital social:** O capital social da Seguradora está constituído por 233.406.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 08 de novembro de 2019, conforme a AGE de 31/10/19, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$ 38.500 milhões de reais de taxa de juros de 12% para a Curva de Cupom de IPCA. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o teste demonstrou não ser necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **2.16 Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. E a Seguradora poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que se trata o artigo 182 da Lei nº 6.404/1976, exceder de 30% do capital social. **2.17 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto social da Seguradora, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social e ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Seguradora após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.19 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) Os prêmios de seguro e coseguro e correspondentes despesas de comercialização contabilizadas por ocasião da emissão do risco, certificadas ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice; e (b) Os sinistros são refletidos no resultado do exercício com base na metodologia mencionada na Nota 2.1.1.1 (c) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de riscos e vigências. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros. **2.20 Normas e pronunciamentos novos, alterações e interpretações:** As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada normativo e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **IFRS 17 - "Contratos de Seguros":** esse pronunciamento apresentará mudanças relevantes nas práticas contábeis das seguradoras, sendo que este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do período, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente. Este pronunciamento substituirá o IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do pronunciamento pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras. **IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação IAS 39/CPC 38 no que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, sua aplicação depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por essa autarquia. Os impactos desse pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP. IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercan-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
--	------	------	------

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

→ CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2020

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios: O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação de Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de bens e danos resulta de: • Flutuações na ocorrência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros resultantes a expectativas; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de danos: • Perda e roubo de cartão: garante o pagamento de transações irregulares realizadas com cartão de débito ou crédito do segurado, em caso de perda, roubo, furto ou saque sob coação; • Proteção financeira: garante a liquidação do financiamento obtido pelo segurado, em casos de desemprego involuntário, incapacidade física total temporária, falecimento e invalidez total e permanente por acidente deste; e • Residencial: garante ao segurado o pagamento de indenização por prejuízos causados à estrutura do imóvel e/ou ao seu conteúdo, decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos ou vendavais. O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados dos testes de sensibilidade abaixo demonstrados representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuárias.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.

Índices de sinistralidade O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de 10% sobre a taxa atual.

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2020	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade
Taxa	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	7.120	(8.885)	(8.028)
Impacto sobre o patrimônio líquido	4.272	(5.331)	(4.817)

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2019	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade
Taxa	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	4.500	(8.348)	(9.163)
Impacto sobre o patrimônio líquido	2.700	(5.009)	(5.498)

(i) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimento se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustadas aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas, alternativas razoáveis, não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	74.457	23.497	28.890	4.341	14.579	145.764
Microseguros de danos	37.532	14.666	18.550	2.773	9.061	82.582
Riscos diversos	150.601	56.344	69.513	10.685	34.964	322.107
Automóvel	12.357	4.736	5.872	914	2.962	26.841
Fiança locatícia (*)	(85)	19	22	3	11	(30)
Compreensivo residencial	1.978	844	999	169	528	4.518
Total	276.840	100.106	123.846	18.885	62.105	581.782

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	63.864	25.217	32.445	2.656	14.464	138.646
Microseguros de danos	42.983	17.099	21.231	1.843	9.872	93.028
Riscos diversos	161.510	64.237	79.741	6.873	37.068	349.429
Automóvel	4.816	1.929	2.506	243	1.101	10.595
Fiança locatícia (*)	1.163	776	952	70	449	3.410
Compreensivo residencial	2.402	977	1.209	107	580	5.275
Total	276.738	110.235	138.084	11.792	63.534	600.383

(*) Fiança locatícia: Em 12/09/2019 a Seguradora realizou a cessão parcial da carteira de fiança, assim os valores apresentados em 31 de dezembro de 2020 representam o *run-off* desta carteira conforme condições contratuais.

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento do segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por *rating* de crédito divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Pooors*, *Fitch Ratings Brasil* e *Moodys*). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1+	Sem <i>rating</i>	Saldo consolidado
- 31 de dezembro de 2020								
Caixa e equivalentes de caixa	73	609	204	-	41	-	-	927
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	71.716	71.716
Títulos de renda fixa privados	9.623	3.037	15.864	1.157	-	-	-	29.681
Títulos de renda fixa públicos	339.316	-	-	-	-	-	-	339.316
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	68.240	68.240
Exposição máxima ao risco de crédito	349.012	3.646	16.068	1.157	41	-	139.956	509.880

Composição da carteira por categoria contábil	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1+	Sem <i>rating</i>	Saldo consolidado
- 31 de dezembro de 2019								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	1.079
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	42.752	42.752
Títulos de renda fixa privados	4.802	2.466	2.338	1.536	-	-	-	11.142
Títulos de renda fixa públicos	297.091	-	-	-	-	-	-	297.091
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	76.480	76.480
Exposição máxima ao risco de crédito	301.893	2.466	2.338	1.536	-	-	143.171	442.861

c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuários para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações da Seguradora em relação aos fluxos de caixa dos ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2020							
meses	0 - 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 24	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	71.716
Títulos de renda fixa privados	2.189	2.091	5.824	2.100	9.564	7.913	-
Títulos de renda fixa públicos	80.67.535	-	-	-	67.926	203.775	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	68.240	-	-	-	-	-	68.240
Prêmios a receber de seguros	22.116	-	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	927	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	927
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	263.557
Total dos ativos financeiros	93.552	69.626	5.824	2.100	77.490	211.688	335.273
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	482.970
Passivos financeiros	11.059	-	-	-	-	-	26.508
Obrigações a pagar	63.758	-	-	-	-	-	-
Impostos, contribuições e encargos sociais	2.205	-	-	-	-	-	-
Debitos de operações com seguros e resseguros	2.564	-	-	-	-	-	-
Encargos trabalhistas	2.505	-	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	2.564	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos financeiros	106.094	-	-	-	-	-	482.970

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2019							
meses	0 - 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 24	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	42.752
Títulos de renda fixa privados	20.896	2.004	5.708	-	-	3.430	-
Títulos de renda fixa públicos	-	-	22.761	-	-	253.434	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	26.508	-	-	-	-	-	76.480
Prêmios a receber de seguros	79.684	-	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	29.664	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.079	-	-	-	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	255.856
Total dos ativos financeiros	129.265	15.175	28.469	-	256.864	298.608	728.381

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2019									
meses	0 - 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 24	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total	

Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	463.991	463.991
Obrigações a pagar	24.003	-	-	-	-	-	-	-	24.003
Impostos, contribuições e encargos sociais	14.059	-	-	-	-	-	-	-	14.059
Debitos de operações com seguros e resseguros	74.592	-	-	-	-	-	-	-	74.592
Encargos trabalhistas	2.028	-	-	-	-	-	-	-	2.028
Depósitos de terceiros	3.810	-	-	-	-	-	-	-	3.810
Total dos passivos financeiros	118.492	-	-	-	-	-	-	463.991	582.483

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **f) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 16, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidenciação do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 2020 e 2019, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

Títulos	Nível	1 a 30 dias ou semi-vencimento	180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Valor de mercado	Ajuste da avaliação
---------	-------	--------------------------------	----------	----------------	-------------------	----------------	--------------------	---------------------

Títulos para negociação (ii)		71.716	-	-	-	71.716	100%	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	Nível 2	71.716	-	-	-	71.716	100%	-
Títulos disponíveis para venda		80	71.816	7.923	289.178	368.997	84%	356.823

Títulos de renda fixa privados	Nível 2	-	4.281	7.923	17.477	29.681	29.555	126
--------------------------------	---------	---	-------	-------	--------	--------	--------	-----

Títulos de renda fixa públicos	Nível 1	80	67.535	-	271.701	339.316	327.268	12.048
--------------------------------	---------	----	--------	---	---------	---------	---------	--------

Total em 31 de dezembro de 2020	71.796	71.816	7.923	289.178	440.713	100%	428.539	12.174
---------------------------------	--------	--------	-------	---------	---------	------	---------	--------

Total em 31 de dezembro de 2019	64.794	15.175	28.469	256.864	365.302	100%	354.063	11.239
---------------------------------	--------	--------	--------	---------	---------	------	---------	--------

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2020

Aplicações	Saldo em 31/12/2019	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2020
------------	---------------------	------------	---------------	-----	----------	---------------------

Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	42.752	205.577	1.707	-	(178.320)	71.716
Certificados de depósitos bancários (c)	14.317	6.500	237	-	(21.054)	-
Títulos de renda fixa privados (c)	11.142	29.630	640	126	(11.857)	29.681</

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP): O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 233.406, subscritos, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 233.406.023 (R\$ 194.906 divididos em 194.906.023 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas por R\$ 8.501 (R\$ 6.458 em 31 de dezembro de 2019) referentes à reserva legal e R\$ 92.334 (R\$ 53.100 em 31 de dezembro de 2019) de reserva estatutária, sendo R\$ 31.215 (R\$ 31.660 em 31 de dezembro de 2019) para futura destinação dos acionistas e R\$ 61.119 (R\$ 21.440 em 31 de dezembro de 2019) para retenção de lucros. **c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, os acionistas deliberaram de forma prudenencial pelo não pagamento de dividendos que totalizavam R\$ 39.679, assim sendo os valores foram mantidos em reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2020 foram constituídos dividendos mínimos no valor de R\$9.705 e o restante do lucro líquido do exercício foi mantido em reserva de lucros para futura destinação aos acionistas.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito e operacional) e a liquidez em relação ao CR a situação caracterizada quando a sociedade apresentar suficiência de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco. A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido	341.547	299.709
(+/-) Ajustes contábeis	(107.703)	(126.171)
(+/-) Ajustes econômicos	3.076	2.882
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	236.920	176.420
Capital Mínimo Requerido (CMR)	31.12/2020	31/12/2019
a) Capital base	15.000	15.000
b) Capital de Risco (CR)	85.459	85.036
(+) Capital de risco de subscrição	70.059	71.605
(+) Capital de risco de crédito	14.845	12.275
(+) Capital de risco operacional	3.755	3.688
(+) Capital de risco de mercado	9.717	9.036
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(12.917)	(11.568)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	85.459	85.036
Liquidez em relação ao Capital de Risco (CR)	31/12/2020	31/12/2019
(+) Suficiência de cobertura em relação às provisões técnicas (Nota 14.c)	244.066	106.648
(-) 20% do capital de risco	(16.267)	(15.995)
Liquidez apurada	227.799	90.653

17 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) Ramo de atuação: Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, os principais são a extensão de garantias (garantia estendida) e riscos diversos. O primeiro, objetiva fornecer ao segurado a extensão ou complementação da garantia original de fábrica estabelecida no contrato de compra e venda de bens, e o segundo é destinado a cobertura de roubo, furto qualificado e quebra accidental de eletrônicos, principalmente celulares, ambos mediante pagamento do prêmio de seguro.

	2020	2019
Prêmios emitidos líquidos	2020	2019
Extensão de garantias	145.764	138.647
Microseguros de danos	82.584	93.025
Riscos diversos	322.106	349.430
Automóvel	26.841	10.595
Fiança locatícia	(30)	3.410
Compreensivo residencial	4.517	5.276
Total	581.782	600.383

	2020	2019
Varição das provisões técnicas	2020	2019
Extensão de garantias	(14.205)	4.092
Microseguros de danos	3.393	(9.790)
Riscos diversos	14.311	(43.584)
Automóvel	(25.173)	(6.178)
Fiança locatícia	258	5.443
Compreensivo residencial	91	49
Total	(21.325)	(49.968)

	2020	2019
Sinistros ocorridos	2020	2019
Extensão de garantias	(17.929)	(21.172)
Microseguros de danos	(9.773)	(7.105)
Riscos diversos	(45.879)	(50.065)
Automóvel	(915)	(1.061)
Fiança locatícia	28	(7.598)
Compreensivo residencial	(5.806)	(5.548)
Total	(80.274)	(92.549)

	2020	2019
Custos de aquisição	2020	2019
Extensão de garantias	(86.442)	(94.314)
Microseguros de danos	(43.059)	(41.641)
Riscos diversos	(180.980)	(164.854)
Automóvel	(411)	(162)
Fiança locatícia	(62)	(2.828)
Compreensivo residencial	(2.039)	(2.339)
Total	(312.993)	(306.138)

	2020	2019
b) Índice de sinistralidade e comercialização	2020	2019
Prêmios ganhos	2020	2019
Extensão de garantias	131.559	142.739
Microseguros de danos	85.977	83.235
Riscos diversos	336.417	305.846
Automóvel	1.668	4.417
Fiança locatícia	228	8.853
Compreensivo residencial	4.608	5.325
Total	560.457	550.415
Sinistralidade %	2020	2019
Extensão de garantias	14%	15%
Microseguros de danos	11%	9%
Riscos diversos	14%	16%
Automóvel	55%	24%
Fiança locatícia	-12%	86%
Compreensivo residencial	126%	104%
Total	14%	17%
Comercialização %	2020	2019
Extensão de garantias	66%	66%
Microseguros de danos	50%	50%
Riscos diversos	54%	54%
Automóvel	25%	4%
Fiança locatícia	27%	32%
Compreensivo residencial	44%	44%
Total	56%	56%

c) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2020	2019
Inspeção de risco	(795)	(1.177)
Despesa com administração de apólice	(1.839)	(2.233)
Participação nos lucros (<i>Profit Sharing</i>)	(5.665)	(5.589)
Rastreadores (instalação, manutenção e desinstalação)	(26)	(630)
Provisões civis (1)	(1.467)	(231)
Resultado na transferência parcial de carteira - fiança locatícia	-	219
Outras receitas com operações de seguros	1.113	3.753
Provisão para redução ao valor recuperável de recebíveis (2)	4.267	(3.005)
Outras receitas operacionais cosseguro cedido	1.163	1.406
<i>Clawback</i> em contratos com parceiros	-	442
Outras despesas com operações de seguros (3)	(15.087)	(8.722)
Outras despesas e receitas operacionais - DPVAT	-	(250)
Reversão de <i>impairment</i> recuperação cosseguro cedido	226	643
Total	(18.110)	(15.374)

(1) Refere-se principalmente às despesas com provisão de danos morais. (2) Refere-se principalmente à provisão para redução ao valor recuperável relativo a prêmios a receber, comissões e sinistros a recuperar. Em 2020 a reversão da despesa de provisão no ramo Extensão de Garantias foi maior que sua despesa do exercício, gerando um efeito positivo no exercício. (3) A linha de outras despesas com operações de seguros é composta de despesas operacionais que não são alocadas em linhas específicas e a variação em 2020 refere-se principalmente à finalização de contrato com parceiro, devido ao não atingimento da performance acordada.

d) Despesas administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal próprio	(30.883)	(27.146)
Despesas com serviços de terceiros	(13.032)	(11.915)
Despesas com localização e funcionamento	(27.193)	(20.312)
Reversão/(despesa) com publicidade e propaganda	(1.764)	741
Despesas administrativas diversas	(7.924)	(6.231)
Total	(80.796)	(64.863)

e) Despesas com tributos

	2020	2019
Impostos federais	(28)	(163)
Impostos municipais	(3)	(31)
PIS	(3.260)	(3.174)
COFINS	(20.063)	(19.531)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.597)	(1.597)
Outros tributos e contribuições	(141)	(685)
Total	(25.092)	(25.181)

f) Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras	24.903	31.768
Quotas de fundos de investimentos abertos	1.707	2.385
Certificados de depósitos bancários	237	816
Títulos de renda fixa privados	640	1.101
Títulos de renda fixa públicos	22.113	27.065
Outras receitas financeiras	206	401
Despesas financeiras	(1.155)	(6.271)
Títulos de renda fixa públicos	(20)	(4.957)
Outras despesas financeiras	(1.135)	(1.314)
Total	23.748	25.497

g) Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2020	2019
Outras receitas não operacionais	166	59
Outras despesas não operacionais	(204)	(1.167)
Total	(38)	(1.108)

18 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	2019
Conciliação entre as alíquotas nominais em 31 de dezembro de:		
Imposto de renda	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	63.871	66.421
Contribuição social	2020	2019
Adições	13.952	7.338
Ajustes permanentes	26.210	41.835
Exclusões	(19.308)	(13.108)
Ajustes permanentes	(34.960)	(41.602)
Ajustes temporários	49.765	60.884
Base de cálculo	49.765	60.884
Alíquotas (15% IR/CS)	(7.465)	(9.133)
Dedução PAT (4%)	300	339
Dedução licença maternidade	35	20
Dedução licença paternidade	3	39
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(4.953)	(6.064)
Imposto corrente do exercício	(12.080)	(14.799)
Impostos diferidos	(7.428)	(9.106)
Diferenças temporárias (líquidas)	(2.189)	59
Despesa de IR e CS no resultado	(14.269)	(14.740)
Total	(8.740)	(9.071)

19 PARTES RELACIONADAS

	31/12/2020	31/12/2019
a) Transações com partes relacionadas		
Ativo		
Cardif Ltda. (iii)	46	14
Luizaseg S.A. (iii)	223	280
Total	269	294
Passivo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S. A. (i)	37	45
Cardif Ltda. (ii e iv)	1.728	1.117
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (v)	219	333
BNP Paribas Cardif - Chile (v)	1.461	350
Total	3.445	1.845
Receita	2020	2019
Luizaseg S.A. (iii)	3.145	3.079
Total	3.145	3.079
Despesa		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S. A. (i)	(472)	(607)
Cardif Ltda. (ii, iii e iv)	(4.644)	(4.445)
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (v)	(873)	(899)
BNP Paribas Cardif - Chile (v)	(3.041)	(1.632)
Total	(9.030)	(7.583)

(i) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais (Nota 1); (ii) Foi assinado contrato com a Cardif Ltda., no qual a Seguradora se compromete a compartilhar a infraestrutura operacional e administrativa, ressarcimento de custos, de desenvolvimento de software operacional; (iii) As transações com partes relacionadas compreendem prestação de serviços, ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; (iv) As transações de partes relacionadas a Cardif Ltda referem-se às despesas com sistema operacional de seguros (desenvolvimento, manutenção e *hub*); e (v) As transações de partes relacionadas a BNP Paribas Assurance - França e BNP Paribas Cardif - Chile, referem-se à prestação de serviços administrativos e operacionais com a Matriz e a Regional. **b) Remuneração do pessoal chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo, no montante de R\$ 7.880 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.626 em 31 de dezembro de 2019). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

20 PROVISÕES JUDICIAIS

Provisão de sinistros a liquidar - judicial: Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora responde por 1.457 (2.320 em 31 de dezembro de 2019) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 2.834 (R\$ 3.455 em 31 de dezembro de 2019), classificada na rubrica "provisão de sinistros a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.711 (R\$ 3.421 em 31 de dezembro de 2019). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2020 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 268 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2019). **a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do período	4.224	7.527	58	158	3.455	4.825
(+) Constituições no período	3.122	2.771	225	4	1.188	2.219
(-) Pagas no período corrente e que se encontram provisionadas	(2.051)	(3.421)	-	-	(2.157)	(3.148)
(-) Baixa da provisão por êxito	(1.564)	(2.946)	(74)	(114)	(1.098)	(1.089)
(+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	(794)	(1.154)	31	-	968	(417)
(+/-) Atualização monetária e juros	424	1.447	28	10	478	1.065
Saldo final do período	3.361	4.224	268	58	2.834	3.455

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Em 31 de dezembro de 2020	1.774	28.223	3.629	1.457

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Em 31 de dezembro de 2019	2.719	39.833	3.841	2.320

21 EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19: a Administração tem implementado controles e ações internas para responder a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19, evento de reflexos em escala global. A pandemia afetou sobremaneira a economia mundial e a brasileira e, certamente, gerará impactos, em alguma extensão, nas operações da Seguradora. Devido à incerteza relacionadas a situação da pandemia e distanciamento social e aos impactos relacionados aos mercados, incluindo o de seguros, mas também o de varejo, a Administração entende não ser possível mensurar ou quantificar a extensão dos efeitos econômicos decorrentes deste momento de crise e de uma eventual "segunda onda" de propagação da COVID-19, bem como, dos efeitos das medidas governamentais tomadas para prevenção e ajuda econômica. Com o objetivo de mitigar os efeitos dessa calamidade nas operações da Seguradora foi instituído o Comitê de Crise formado pelos principais executivos e apoiado por áreas de negócio. Este comitê monitora a situação de pandemia, analisa os cenários, define e implementa medidas preventivas e planos de contingência, tais como: protocolos para suspeitas e ocorrências de infecção, práticas de trabalho remoto, planos de continuidade de negócio e atendimento ao clientes e parceiros, objetivando assegurar que as operações continuem sem impactos relevantes. A Seguradora monitora, também, as margens de solvência, necessidade de cobertura das provisões técnicas e os demais indicadores regulatórios e gerenciais tempestivamente e não identificou impactos ou flutua